



5129 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: REFLEXÕES ACERCA DO "FUTURO" DA UNIVERSIDADE NO CONTEMPORÂNEO...

Ricardo Rezer - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Brasil)

UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: REFLEXÕES ACERCA DO "FUTURO" DA UNIVERSIDADE NO CONTEMPORÂNEO...[1]

RESUMO

Este artigo objetiva refletir acerca do "futuro" da universidade brasileira no contemporâneo, discutindo o momento de *transição paradigmática* na qual ela se encontra. A fim de dialogar sobre esta (nada fácil) questão, subdividi o artigo em duas partes. Na primeira, procuro situar a crise da universidade em nosso tempo, chamando atenção para movimentos que vem sendo gestados (alguns, inclusive, bem aceitos) que colocam a universidade em uma condição de menoridade frente a determinações de "fora para dentro". Na segunda, procuro trabalhar com a ideia de que vivemos em um tempo de transição paradigmática, com desdobramentos impactantes para a formação universitária e para a universidade como instituição republicana, que colocam em crise seus maiores patrimônios: o conhecimento e a credibilidade. Se não enfrentarmos com radicalidade a questão do "futuro da universidade", nos restará o destino anunciado da "universidade do futuro", um discurso que ganha ares de vanguarda e irreversibilidade em nosso tempo.

Palavras-chave: Universidade; Transição Paradigmática; Contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Universidade para quê?
Darcy Ribeiro (1986)

Este artigo objetiva refletir acerca do "futuro" da universidade pública brasileira no contemporâneo, discutindo o momento de *transição paradigmática* na qual ela se encontra. Parto de dois pressupostos: (i) esta discussão remete a questões de ordem teleológica, com desdobramentos significativos para questões pedagógicas, epistemológicas e axiológicas da formação universitária; (ii) uma discussão desta ordem deve ser potencializada no âmbito da própria universidade, mas também, para além dela, pois, do contrário, outros setores a determinarão, ainda com maior intensidade do que já vem fazendo. Talvez, a pergunta formulada por Darcy Ribeiro, expressa na epígrafe, nunca tenha sido tão atual.

A universidade, como instituição republicana (*res pública*), vem sendo fortemente questionada e, diria até, ameaçada, por um "clima cultural" que vem impactando no sentido da formação universitária e da universidade em nosso tempo. É cada vez mais comum a ideia de que a universidade deve propor uma formação de acordo com os "novos tempos", predominantemente prática, inovadora, empreendedora, que tome as relações de mercado como referência central (uma noção cada vez mais propalada no interior das próprias universidades que, paulatinamente vão assumindo, algumas sem pudor, esta lógica). Mas, seria este o único futuro (ou presente) possível?

A fim de dialogar sobre estas (nada fáceis) questões, subdividi o artigo em duas partes. Na primeira, procuro situar a crise da universidade em nosso tempo, chamando atenção para movimentos que vem sendo gestados (alguns, inclusive, bem aceitos) que colocam a universidade em uma condição de menoridade frente a determinações de "fora para dentro". Na segunda, procuro trabalhar com a ideia de que vivemos em um tempo de *transição paradigmática*, com desdobramentos impactantes para a formação universitária e para a universidade como instituição republicana, que colocam em crise seus maiores patrimônios: o conhecimento e a credibilidade.

I - A universidade no contemporâneo: situando a discussão...

Conforme sinalizado, entendo que necessitamos potencializar a percepção de que estamos em meio a desafios de significativa complexidade, que colocam em disputa o futuro da universidade na contemporaneidade[2]. E qualificar nossa capacidade de enfrentamento aos complexos desafios que emergem desta conjuntura, se constitui como responsabilidade daqueles que fazem da universidade seu espaço e tempo de trabalho.

Tomando como referência Schneider (1999), entendo que a universidade, como instituição republicana, deveria representar tempo e lugar de reflexão radical sobre o que foi posto como conhecimento na sociedade. Tal perspectiva alça a universidade a um nível de diferenciação de outras instituições que se estruturam na sociedade contemporânea, pois ela representaria, em tese, uma possibilidade de constante e radical processualidade reflexiva sobre a tradição[3], sobre si mesma e sobre a conjuntura na qual se edifica. Lembrando Darcy Ribeiro (1986), o papel da universidade é ser a Casa (em maiúsculo) em que a nação brasileira se pensa a si mesma como problema e como projeto.

Nessa lógica, a universidade deveria introduzir alguém ao passado de sua cultura, nas "coisas do mundo", como possibilidade de projetar futuros possíveis, tendo como referência a diversidade cultural de mundo e o bem comum. Além disso, deveria colocar as "coisas do mundo" (a tradição na qual ela própria se insere) em discussão, abrindo possibilidades para a crítica sobre valores e esquemas teóricos, por vezes, consolidados cedo demais por interesses, paixões ou

impaciência utilitária.

Considerando esta postura socrática, se faz necessário reconhecer que as finalidades da universidade no contemporâneo se movimentam em meio a diferentes tensões, conflitos de interesse, desejos, saberes e projetos. Mesmo reconhecendo a universidade como uma instituição que se move em meio a uma globalização neoliberal^[4], submetida a um processo de universalização, mercadorização, alinhamento com o capital internacional e organizações externas a ela, não é possível ainda (felizmente), pensá-la como uma instituição portadora de uma identidade fixa, sólida, mas sim, como uma confluência de projetos em movimento (em disputa) que a produzem a partir de múltiplas determinações.

Em razão disso, concordando com Dalbosco e Cenci (2014), urge participarmos do movimento de pensar os rumos da universidade, que, de modo geral, vem perdendo autonomia, sujeitando-se progressivamente a lógica da sociedade global de mercado, bem como, à influência decisiva de organismos internacionais de financiamento, em um movimento que assume o mercado como discurso e passa a fomentar uma formação (por competências) voltada para o individualismo, utilitarismo, competição e adaptação ao mercado.

Ao ganhar força, discursos como estes se tornam perigosos, pois potencializam um movimento contemporâneo nos espaços de formação universitária, com pretensões de irreversibilidade, na direção de tornar a universidade uma instituição hegemônica universal (uma empresa que ensina), atrelada (mais ainda) aos ditames do capital internacional (neste caso, sua finalidade seria mesmo "atender ao mercado"). Em uma instituição republicana, que tem o conhecimento como um de seus princípios fundantes, um discurso desta ordem atrofia dimensões humanas necessárias em um contexto republicano, tais como, alteridade, respeito para com a diversidade cultural, pensamento crítico frente a complexidade do mundo, bem como, discernimento para lidar com a guerra de narrativas que vemos crescer no cotidiano^[5].

Neste processo, podemos perceber claramente um deslocamento das finalidades da universidade em nosso tempo. Se, no medievo, a universidade assumiu uma postura de formação enciclopédica (edificada a partir de um paradigma teológico-filosófico) e, na modernidade, especialmente a partir do modelo proposto por Humboldt, assume a condição de instituição voltada para uma formação cultural ampliada (a *Bildung*)^[6], no contemporâneo, poderíamos entender a universidade como instituição pautada pela economia (em sua versão reduzida, a "financeirização"^[7]), *locus* da "pesquisa administrada" e da "formação para o trabalho".

Concordando com Silva (2016), a economia assume na universidade, um lugar anteriormente atribuído à religião (no medievo) e à ciência (na modernidade) – os sinos, que antes se dobraram para a fé e, depois, para a ciência, no contemporâneo, se dobram para a economia (em sua versão reduzida: a *financeirização*), consolidando uma nova crença, a fé no mercado financeiro. Neste cenário, emergem questões que merecem ser consideradas: como pensar a universidade em nosso tempo, se parecem ruir os alicerces e categorias fundamentais de uma racionalidade moderna que sustentou a instituição universitária durante muito tempo? Como caracterizar a universidade no contemporâneo, considerando a fluidez de nosso tempo? Como ficam suas dimensões teleológica, axiológica e epistemológica frente as exigências do mercado financeiro? Quais os desdobramentos destes elementos para a formação universitária?

Questões como esta permitem compreender melhor a necessidade de enfrentar um movimento que vem gerando a transição entre uma universidade moderna e um outro tipo de universidade, articulada aos interesses de grandes corporações e organizações. Nessa direção, a universidade contemporânea se caracteriza como sendo uma instituição que desloca seu epicentro em direção a um modelo abastecido pela lógica do mercado financeiro, pelo discurso da inovação tecnológica como motor do desenvolvimento e progresso (infinito?), bem como, pela "adequação" aos "novos tempos" (um tempo em que a formação é oficialmente tratada como meio de atender demandas de mercado).

Esta "adequação", que potencializa a noção de competitividade das universidades (devem estar aptas a competir no mercado global da educação superior – *compete or perish*), as deixa vulneráveis a discursos com pretensões de vanguarda, bem como, a organizações estranhas a ela, que prometem o futuro na forma de "pacotes atrativos", que a tornem competitivas nesta lógica.

Por exemplo, na realidade portuguesa, um "acordo" envolvendo a Ordem dos Nutricionistas e as 13 universidades e politécnicos que formam estes profissionais, promoveu em 2016, a adaptação das propostas (planos) curriculares, que passaram a ter um referencial comum para a formação acadêmica. O "Referencial para a formação acadêmica do nutricionista"^[8], de autoria da Ordem dos Nutricionistas (versão portuguesa do Conselho Federal de Nutricionistas no Brasil), apresenta bases gerais para a formação acadêmica, bem como, objetivos para a formação, competências e perfil do egresso. O acordo entre a ordem e as universidades e politécnicos representa, a partir da ingerência desta organização na universidade, uma tentativa de uniformização da formação em contexto e área específico.

Na realidade brasileira, algumas instituições vêm incorporando em seu projeto universitário, modelos de formação oriundos da América do Norte ou de países da Europa ocidental. Como exemplo, entre outros, em 2018 foi noticiado em grandes mídias, a parceria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) com a *Kent State University* (KSU) dos EUA. Nessa parceria, veiculada como a "[...] maior mudança de seu sistema educacional em 58 anos de história"^[9], a universidade passará a oferecer cursos de graduação conforme o modelo de formação universitária da KSU (*American Academy*), em um processo iniciado em março de 2018^[10].

Movimentos como estes, entre outros que poderiam ser citados, permitem ilustrar bem o interesse e a ingerência externa nas universidades (algo geralmente visto como "vanguarda" e "inovação"), que produzem impactos significativos para a formação universitária, bem como, no que se compreende como "autonomia universitária". Certamente, em alguns casos, isso se edifica de forma alinhada ao pensamento que vai sendo gestado em muitas universidades (inclusive públicas), que vão assumindo a lógica empresarial como referência para a definição de seus rumos, como forma de adequação aos desafios dos "novos tempos", em um movimento que poderia ser denominado de "colonização ao contrário", no qual parece haver o desejo de ser colonizado, um mecanismo que (na lógica do colonizado) permitiria a sobrevivência institucional em meio a competitividade da educação superior no mundo contemporâneo.

Em meio a este cenário, o que pode (ainda) a universidade como instituição democrática e republicana no contemporâneo? Estaria ela, fadada a constituir-se como instituição regulada por organizações estranhas a ela? Que universidade é esta que emerge no contemporâneo? Os ideais iluministas ainda fazem sentido para a universidade neste tempo? Que novas categorias teóricas podem emergir desta discussão? Em que medida, críticas pós-modernas podem contribuir para pensar a universidade no século XXI? Qual seu futuro? Ou ainda, se em determinado momento da história, a universidade foi colocada como instituição voltada para a *transformação social*, estaria consolidando na contemporaneidade, sua missão de *conservação social*?

Pensar criticamente sobre o sentido da universidade no contemporâneo representa assunto de necessário aprofundamento no interior da própria universidade, bem como, para além dela, tendo em vista vários elementos, conforme a seguir:

- A expansão vivida recentemente pela educação superior (tanto na graduação como na pós-graduação, especialmente nas instituições privadas, mas não só);

- O atual recuo do investimento estatal-público na educação superior pública;
- Discursos oficiais que questionam a legitimidade da universidade como instituição pública de formação, importante para um projeto de país (inclusive, afirmando que a universidade não deve ser para tod@s, como mencionado pelo ex-Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues);
- Uma crise política e econômica que atualmente se amplia em nível nacional e internacional, com desdobramentos perniciosos para a universidade;
- O crescimento exponencial da educação superior como mercado cada vez mais atrativo na realidade brasileira;
- As possibilidades que ainda legitimam a universidade como instituição republicana importante e necessária para a vida em sociedade no mundo contemporâneo.

Discussões desta ordem devem compor a agenda oficial da universidade pública brasileira, mas também, através de associações científicas e das próprias universidades, colocar-se como pauta para a vida pública, para além da academia, no plano da cultura, da vida em sociedade. Discussões desta ordem necessitam de maior visibilidade, e necessitam ser postas como objeto de discussão na sociedade em geral. Talvez, neste momento, mais do que eventos científicos, importantes e necessários, tenhamos que potencializar o debate público acerca de questões como as que apresento neste breve artigo. Desta forma, a discussão poderia assumir lugar no plano da cultura, tendo em vista que as pessoas devem conhecer mais e melhor sobre projetos de universidade que se edificam na contemporaneidade, compreendendo melhor os distintos impactos de distintos modelos de universidade na formação universitária.

Em meu entendimento, se o diálogo, a reflexão e o pensamento não são garantias de produção de soluções, representam distintivos do humano, possibilidades que permitem qualificar nossas decisões e ações no plano político. Lembrando Bertolt Brecht, como agir? Acima de tudo, como agir? A seguir, procuro examinar melhor algumas possibilidades que permitem pensar criticamente a universidade neste momento de transição paradigmática.

II - Uma universidade em movimento... para onde mesmo?

Vivemos um tempo de tensões, entre uma condição moderna, ainda vinculada a uma herança iluminista, e uma pretensa condição pós-moderna, que se constitui como um movimento de crítica aos ideais emancipatórios da modernidade. Já em 1987, na primeira edição portuguesa do livro “Um discurso sobre as ciências”, Sousa Santos (2008) realiza uma crítica ao paradigma dominante da assim chamada “ciência moderna”, afirmando que nos encontramos em meio a um momento de transição paradigmática.

Passados mais de 30 anos, embora muito se tenha produzido a respeito, tal transição ainda se mantém em intenso movimento. A crise dos ideais iluministas (edificados com base no binômio razão/ciência como possibilidade da emancipação humana) potencializa o surgimento de outras formas de perspectivar a ciência, o conhecimento, enfim, as relações humanas, em um tempo no qual as certezas se mostram instáveis, as verdades, provisórias, e a fluidez parece se desdobrar em um *estilo de vida*^[11].

Este tempo de transição faz emergir uma sensação de angústia muito presente no cotidiano, um sentimento que emerge de um vazio que, via de regra, se traduz em sofrimento. Um vazio que parece nos colocar entre “um não mais” e um “ainda não” (STEIN, 2001, p. 31).

A noção de estarmos entre um “não mais” e um “ainda não” foi inicialmente tratada por David Hume (1711-1776), citado por Arendt (2008, p. 187) em um texto de 1946, no qual a autora apresenta a questão, a partir da ideia de que “[...] uma geração não abandona de vez o palco e outra triunfa, como acontece com as larvas e as borboletas”, pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos, onde surge o que ela chama de “espaço vazio”, entre um passado que se perdeu e um futuro que ainda não chegou. Esta questão, tratada na realidade brasileira por Stein (2001), com o propósito de configurar um momento paradoxal entre o moderno e o pós-moderno, representa de maneira muito ilustrativa a condição contemporânea da universidade, que se edifica neste campo de tensão e de disputas.

Sousa Santos (2002) trabalha com conceito semelhante, que se constitui como solo fecundo para a “sociologia das ausências e das emergências”: o conceito de Ainda?Não (*noch nicht*), baseado em Ernst Bloch (1885-1977). Para Bloch, o possível é o mais incerto, o mais ignorado conceito da filosofia ocidental. E, no entanto, só o possível permite revelar o inesgotável do mundo. Assim, Bloch introduz dois conceitos que podem contribuir com os argumentos até então apresentados: o Não (*Nicht*) e o Ainda-Não (*Noch Nicht*). O Não seria a falta de algo e a expressão radical da vontade de superar essa falta. Nessa linha de pensamento, dizer *não* é dizer *sim* a outro algo. Já o Ainda?Não seria uma categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda?Não, neste caso, seria o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata, o expande. Não se trata de um futuro indeterminado nem infinito. Trata-se de “[...] uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas” (SOUSA SANTOS, 2002, p.255).

Nesta lógica, abrem-se possibilidades de *redeterminação ativa* daquilo em que tocam e que, por isso questionam as determinações que existem num dado momento histórico. Portanto, o Ainda-Não seria a consciência antecipatória, uma consciência que representa uma potência humana, uma possibilidade que não está completamente determinada, portanto, em disputa – postura que nos afastaria de uma condição passiva (e cômoda), tal como se o destino já estivesse traçado. Isso nos coloca no plano da contingência, da potência e da possibilidade, algo bem de acordo com nossa condição humana.

Se a universidade passa por um momento de transição paradigmática, entre a universidade clássica^[12] e outros modos de ser universidade, emergem deste processo, várias adjetivações com pretensões de anunciar o futuro da universidade (no presente): “universidade-empreendedora”, “universidade corporativa”, “universidade-empresa”, “universidade-tecnológica”, entre outras que vão sendo gestadas e “convivem” em nosso tempo (adjetivações nas quais a lógica empresarial vai preponderando sobre outras).

Se as bases da modernidade permitiram pensar que, por meio do uso da razão, os seres humanos viveriam mais e melhor, também é verdade que, no contemporâneo, estas bases se mostram menos sólidas do que prometiam ser. Se por um lado, mesmo em tempos de *pós-verdade*, não podemos abandonar a razão (o que não nos impede de criticá-la), as promessas de um projeto moderno não se concretizaram da maneira como parecia. Das promessas de certeza, nos deparamos com a incerteza, da estabilidade à instabilidade, da solidez à fluidez, metáforas que representam bem algumas das críticas pós-modernas endereçadas às luzes da modernidade.

Porém, as luzes da *aufklärung* não só nos fizeram enxergar com maior nitidez, como também produziram sombras que necessitam ser melhor examinadas. Deste movimento, é possível pensar a sociologia das ausências e sociologia das emergências (SOUSA SANTOS, 2002, 2010). A sociologia das ausências se coloca como uma possibilidade para expandir o

domínio das experiências já disponíveis, enquanto que a sociologia das emergências se constitui como uma possibilidade para expandir o domínio das experiências possíveis. Estão estreitamente interconectadas, pois quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo, mais experiências seriam possíveis no futuro (quanto mais ampla for nossa leitura da possibilidade de mundo, mais vasto o campo dos futuros possíveis e concretos).

Sousa Santos (2002) afirma que, quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências possíveis, maior tende a ser a expansão do presente, um esforço que permite circulação e visibilidade de uma imensa gama de saberes produzidos em nosso tempo (por vezes, tornados invisíveis). Assim, a universidade pode também, ser mais e melhor do que a vemos emergir deste cenário de crise. Por exemplo, cabe ampliar nossos horizontes para outros modos de ser da universidade no contemporâneo, para além do eixo América do Norte/Europa ocidental (sem desconsiderar seu valor), que podem nos ajudar a pensar alternativas mais de acordo com a realidade brasileira e latino-americana.

Por exemplo, a obra *African Universities in the twenty-first century*, organizada em dois volumes por Paul T. Zeleza e Adebayo Olukoshi (I - *Liberalisation and internationalisation*; II - *Knowledge and society*), apresenta de modo muito qualificado, horizontes da educação superior no continente africano. No último capítulo, *The african university in the twenty-first century: futures challenges and a research agenda*, Olukoshi e Zeleza destacam que: “*The African university of the twenty-first century is clearly faced with a serious crisis of survival, which has to do as much with its viability and credibility as with its sense of identity and mission*” (2004, p. 602). De forma semelhante a realidade brasileira e latino americana, a universidade Africana passa por uma crise que coloca sua credibilidade, identidade e missão em questão. Olukoshi e Zeleza questionam em que medida, as ações de sobrevivência significam maquiagem do sentido de identidade e missão da universidade, em um movimento que pode fazer com que estes sejam apenas aspectos burocráticos menores, diante da necessidade de sobrevivência no mercado financeiro da educação superior.

Assim, além de olhar para os lados, como sinalizado no parágrafo anterior, pensar a universidade na contemporaneidade exige um olhar para trás como possibilidade de qualificar nossos horizontes de futuro. Neste caso, o Movimento de Córdoba, que em 2018 completou 100 anos [\[13\]](#), mereceria maior aprofundamento, pois representa um marco para a universidade latino-americana. Deste movimento surgiu aquilo que muitas universidades passaram a denominar de “princípios institucionais”. Entre eles, autonomia universitária; eleição do corpo diretivo e das autoridades da universidade pela própria comunidade acadêmica; gratuidade; concurso para ingresso; vinculação com o sistema educativo nacional; preocupação com os problemas nacionais; a importância da extensão universitária como função social da universidade (um marco inédito na história da universidade, tendo em vista a pequena contribuição da universidade europeia nesta questão), bem como, a busca de uma unidade latino-americana na luta contra o imperialismo (RUBIÃO, 2013);

Além disso, o movimento fez emergir a ideia de que a reforma da universidade não pode ser pensada desarticulada da reforma da sociedade – ou seja, pensar a universidade exige pensar um projeto de nação. Levar a sério a intrínseca relação entre universidade e sociedade potencializaria recusar de antemão, qualquer proposta que não leve isso em consideração. Se por um lado, isso nos deixa mais céticos com relação as possibilidades que ainda temos no contexto da universidade contemporânea, por outro lado, representa um antídoto frente aos “arautos do futuro” ou “anunciadores da última moda”.

Os argumentos sinalizados até então, ajudam a reconhecer que “outras” universidades são possíveis, uma postura que permite desabsolutizar a ideia de *corporate university* como a “única saída” para a crise da universidade pública no contemporâneo. Uma crise que se intensifica na medida em que vemos fraquejar ou ruir a crença em um de seus princípios fundantes, o conhecimento (expressões cada vez mais pronunciadas como *pós-verdade* ilustram bem isso).

Nesse caso, qual passa a ser o sentido da universidade no contemporâneo, tendo em vista que há uma crise do sentido do conhecimento em nosso tempo, um de seus princípios fundantes? Para Almeida Filho (2008), formação (técnica) para o trabalho, empreendedorismo e inovação tecnológica (assentados na lógica empresarial), e não a aposta no conhecimento, representariam o futuro (ou presente) paradigma para a universidade, modelo fundado na economia, edificado de acordo com a globalização neoliberal. Este “novo” modelo, que se organiza/funçiona como um empreendimento comercial, focaria seus interesses especialmente em campos relacionados a negócios, administração, engenharias, tecnologia e sistemas de informação.

Para algumas vozes, o destino da universidade é este mesmo, o que requer sua adaptação à (pseudo) irreversibilidade dos desdobramentos do mundo dos negócios, projetando a formação universitária de acordo com a lógica da concorrência, do lucro e do individualismo. Na contramão deste movimento, é possível ainda pensar a universidade como um tempo e lugar de problematizar com radicalidade nossa própria condição contemporânea de sociedade, apostando no movimento do pensamento, na importância do conhecimento, bem como, na ética e na política como possibilidades de projetar um futuro melhor (para tod@s)?

De minha parte, baseado nos argumentos apresentados, entendo que cabe ainda apostar na ideia de universidade como uma instituição republicana, que tem no conhecimento e no respeito crítico à tradição, suas possibilidades de reinventar o futuro, em um movimento que não pode abrir mão de uma formação cultural ampliada como pressuposto (uma *bildung* criticamente revisitada?), da ética e da política como suas possibilidades de ser no mundo.

Do contrário, nos resta assistir ao crescente empobrecimento da formação universitária, quer seja no que se refere ao reducionismo de uma formação especializada, predominantemente técnica (por vezes, nem isso), quer seja o empobrecimento intelectual de uma geração, que parece cada vez mais ingressar na universidade (e sair dela) sem o conhecimento básico de dimensões humanas necessárias para um vida na qual nossas potencialidades humanas possam se desenvolver de maneira ampla (o que envolve dimensões para além do trabalho, tal como, a música, a arte, a poesia, a literatura, o jogo, a dança, entre tantas outras), ou ainda, na formação de uma geração que parece indiferente a coisa pública, a diversidade cultural e ao respeito pelo outro, talvez, fruto de um “clima cultural” que elogia a ignorância, o individualismo e o consumo como *télos* da existência humana, portanto, da universidade e, por consequência, da formação universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de anúncios de cortes em seu orçamento pelo novo governo brasileiro, a universidade se vê em meio a uma crise sem precedentes (econômica, política, de legitimidade, entre outras). Como exemplo, em tempos de crise orçamentária nacional, ela se coloca como opção de corte de gastos, anterior, por exemplo, que as forças armadas, mesmo que o Brasil não esteja envolvido em nenhum conflito bélico internacional.

Obstante, se não estamos envolvidos em nenhum conflito bélico, é necessário reconhecer que estamos em meio a uma guerra cultural, e um dos discursos que vai ganhando força na contemporaneidade se manifesta na direção de deslegitimar ou mesmo destruir a universidade como instituição democrática e republicana, deslocando sua função social para o campo da prestação de serviços privados (tal como uma organização). Aproximações cada vez mais perceptíveis com o mercado global, bem como, com instituições privadas de fins lucrativos “contaminou” a muitos na universidade

brasileira – inclusive, na universidade pública, que acaba reproduzindo em suas instâncias, a lógica capital/trabalho (como se fosse a única possível), processo que produz nas pessoas a incapacidade de reconhecê-la como instituição democrática e republicana.

Por outro lado, um artigo como este se coloca de acordo com um crescente movimento de ver na universidade, condições para se colocar no cenário contemporâneo como instituição que pode contribuir com a qualificação de nossa leitura de mundo, contribuindo para a vida em sociedade (há ainda, muitos relatos de estudantes e professores que reconhecem a universidade como uma experiência que qualificou sobremaneira sua vida, para muito além da dimensão exclusiva do trabalho).

Em meu entendimento, a universidade se trata de um contexto eminentemente hermenêutico, uma instituição que, considerando suas origens, não pode ser, nem submissa a organizações estranhas a ela, nem ter a pretensão de substituir os atores sociais na produção de possíveis soluções para os problemas que enfrentam (em uma tensão permanente entre autonomia e heteronomia). Da mesma forma, não pode abrir mão de sua responsabilidade de “propor mundo”, em um movimento de imaginar e produzir outros futuros possíveis, tomando como referência o bem comum – algo para bem além de atender demandas de mercado.

Portanto, temos de ter força para propor uma universidade em que o conhecimento seja uma de nossas possibilidades de mundo, o estudo, nosso mecanismo de empoderamento e o diálogo, nossa forma de ser no mundo. Alguns poderiam dizer que isso representa um elogio aos ideais iluministas da universidade clássica, bem como, ao *Sapere aude* kantiano. Como resposta, lembro uma frase do prof. Boaventura de Sousa Santos: *no seu melhor, a universidade foi um lugar de pensamento*. Diria inclusive, que a universidade deveria se constituir como espaço e tempo para o pensamento “sem teto”. Do contrário, universidade para quê?

Vivemos uma guerra cultural que produz distintas narrativas com pretensões de verdade, em meio aquilo que Sousa Santos (2017) denomina de colonização da universidade (mercado, empresa, organizações, capital internacional, entre outros). Se descolonizar a universidade representa uma das possibilidades de projetar seu futuro, projeções de futuro existem somente se houver possibilidade de liberdade – sem liberdade, não há futuro. Desafios desta ordem exigem vários e complexos movimentos de ordem interna e externa: (a) uma descolonização do pensamento mercantilizado dos que fazem a universidade no cotidiano; (b) o “gerúndio coletivo” como potência da democracia e do diálogo, pois, a universidade se faz em um fazendo coletivo - e isso exige o reconhecimento de que cada membro da comunidade acadêmica não pode ser exclusivamente por si, sem considerar o contexto que o acolhe; (c) articulação política com a sociedade que a constitui, como forma de levar o debate em tela para fora da universidade; (d) criticar com radicalidade a investida do capital financeiro na educação superior, como se a universidade fosse um balcão de negócios que expede diplomas, potencializando publicamente esta discussão em diferentes segmentos da sociedade; (e) pressionar de forma mais intensa o Estado, que não pode recuar em sua responsabilidade para com a universidade pública; (f) levar com radicalidade esta discussão para além do âmbito acadêmico, instituindo o debate público no plano da cultura.

Pensar a universidade a partir destes elementos, representa pensá-la muito mais como um sistema político-epistemológico (uma chave conceitual de compreensão), do que como uma organização empresarial. Neste caso, apostar em uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências abriria possibilidades de expandir o futuro da universidade, tomando como referência, os presentes possíveis e existentes (para bem além do mercado, Bolonha ou Harvard). E isso se coloca na medida em que potencializarmos a percepção, na universidade, bem como, para além dela, do que temos e do que nos falta – e que esta tensão entre o que temos e o que nos falta se traduza em potência para imaginar outros futuros possíveis. Se não enfrentarmos com radicalidade a questão do “futuro da universidade”, nos restará o destino anunciado da “universidade do futuro”, um discurso que ganha ares de vanguarda e irreversibilidade em nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B.; ALMEIDA FILHO, N. *A universidade do século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

ARENDRT, H. Não mais e ainda não. In: _____. *Compreender*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DALBOSCO, C. A.; CENCI, A. Educação superior e formação humana: um diálogo com Pedro Goergen. In: MÜHL, E.; GOMES, L. R.; ZUIN, A. A. S. (Orgs.). *Teoria crítica, filosofia e educação: homenagem a Pedro L. Goergen*. Passo Fundo: UPF/UEM, 2014.

HUMBOLDT, W. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. V. *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

OLUKOSHI, A.; ZELEZA, T. *The African university in the twenty-first century: future challenges and a Research Agenda*. In OLUKOSHI, A., ZELEZA, P. T. (Orgs.). *African Universities in the twenty-first century*: p. 595-617. Dakar: Council of the Development of Social Research in Africa (CODESRIA), 2004.

RIBEIRO, D. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RUBIÃO, A. *História da universidade*. Coleção CES. Coimbra: Almedina, 2013.

SILVA, S. P. *Pós-modernidade, capitalismo e educação – a universidade na crise do projeto social moderno*. Curitiba: Appris, 2016.

SCHNEIDER, P. R. Universidade: reflexão radical. In: SCHNEIDER, P. R. (org.) *Introdução à Filosofia*. Ijuí: Unijuí, 1999.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, 2002. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1285#authors>, acessado em 25 de fevereiro de 2019.

SOUSA SANTOS, B. Prefácio. In: Santos, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA SANTOS, B. Decolonising the university. *The Challenge of Deep Cognitive Justice*. Cambridge Scholars Publishing: Union Kingdom, 2017.

STEIN, E. Paradoxos da modernidade. In: STEIN, E. *Epistemologia crítica da modernidade*. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

[1] Este artigo se deriva de Estágio Pós-Doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

[2] Utilizo a expressão “contemporâneo”, na direção de sinalizar que vivemos em um tempo de tensões entre perspectivas modernas (pautadas pelos ideais iluministas) e perspectivas pós-modernas (que apontam para o fraquejo, ou mesmo fracasso, do projeto moderno de sociedade), com implicações decisivas para a formação universitária. Para Sousa Santos (2002), o contemporâneo é visto como um tempo de transição paradigmática (entre o passado e o futuro), um tempo no qual os pilares modernos se encontram em crise, e o futuro, ainda não completamente determinado, encontra-se em disputa.

[3] Aqui entendida em uma perspectiva hermenêutica, como um fio condutor que liga o passado da humanidade ao seu futuro. Ou seja, um reconhecimento do passado do mundo como algo relevante que merece ser compreendido. Assim, sua importância se dá na medida em que reconhecemos a importância de aprender com o que de bom e melhor, bem como, com o que de pior, a humanidade produziu, como uma potencialidade para projetar uma noção de um futuro no qual os seres humanos possam viver mais, melhor e evitar a repetição de erros. Entre outros, um futuro no qual a natureza seja radicalmente respeitada, bem como, os seres humanos aprendam a viver melhor em sociedade – algo que ainda parece distante.

[4] A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, *dessocializar* o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade ao seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é melhor organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país. (SOUSA SANTOS, 2002a).

[5] Terraplanismo, Revisionismo (do Golpe de 1964), entre outras narrativas edificadas com base na crença e no desejo de poder, com a pretensão de “redefinir” a história, com vistas a construir uma base de sustentação para projetos político-culturais (no caso em tela, de ordem liberal e conservadora). Nessa esteira, percebemos o crescimento da *pós-verdade*, expressão bastante utilizada nos últimos anos, que corresponde a narrativas em que fatos objetivos têm menos importância do que paixões, interesses, crenças pessoais e o desejo de estar certo. Se fatos são construções históricas, toda narrativa deve se assentar em critérios de justificação dotados de sentido no mundo comum. Sem isso, não passam de embustes.

[6] A Universidade de Berlim, fundada em 1810, influenciou decisivamente a universidade ocidental. Em 1949, trocou seu nome para *Humboldt Universität* em homenagem a Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, o Barão Von Humboldt (1767-1835), seu idealizador (ver mais em HUMBOLDT, 1997). De forma breve, deste movimento surge a noção de “formação pelo saber”, como base para edificação da *Bildung*, talvez o conceito mais importante do século XVIII para as *Geisteswissenschaften* do século XIX. E a Universidade de Berlim foi um dos movimentos em que a *Bildung* se constituiu como uma perspectiva de formação cultural ampliada, na direção de potencializar o cultivo de diferentes dimensões humanas, para além de um saber técnico especializado para o trabalho.

[7] Para Ladislau Dowbor, nos dias atuais, a financeirização das economias desdobra-se em um sistema que promove a riqueza de uma minoria e o empobrecimento de uma maioria, pois não possui elementos intrínsecos que possibilitem a distribuição da riqueza produzida – o consumo e o acúmulo desenfreados, juntamente com a má distribuição, passam a ser grandes males do contemporâneo. Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/07/ladislau-dowbor-credito-no-brasil-nao-e-estimulo-e-extorsao-7568.html>, acessado em 14 de janeiro de 2019.

[8] Disponível em: http://www.ordemdosnutricionistas.pt/documentos/Referencial_para_a_formacao_academica_do_nutricionista.pdf, acessado em 18 de março de 2019.

[9] Fonte: Jornal Gazeta do Povo (Paraná), disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/especial-patrocinado/pucpr-anuncia-maior-transformacao-de-sua-historia-14st9zf3chfabiid6kftu5enw>, acessado em 09 de março de 2019.

[10] Disponível em: <https://www.pucpr.br/noticias/destaque/comitiva-da-kent-state-university-chega-pucpr-para-dar-inicio-ao-american-academy/>, acessado em 09 de março de 2019.

[11] Paradoxalmente a isso, parece também, que vivemos um tempo no qual a certeza se manifesta com pretensões de verdade absoluta, algo que vem dificultando ou impedindo o diálogo em diferentes contextos. Nas redes sociais, por exemplo, circulam muitos “anunciadores da certeza última”, em um universo no qual a opinião e a especulação passaram a ser bandeiras que são defendidas da forma que for possível, inclusive com mentiras (*fakenews*), ofensas e/ou ameaças. Ou seja, mesmo em um tempo de incertezas, há contextos/relações nas quais a *pós-verdade* reina absoluta e a certeza parece ser ainda sólida e indiscutível.

[12] Por universidade clássica, entendo-a como sendo uma forma de caracterizar um modelo gestado especialmente na realidade europeia, edificado em meio a uma rica e complexa história medieval, que se tornou referência prevalecte nos estados de tipo democrático. A universidade clássica representa uma instituição fundada ao longo da gestão dos ideais da modernidade. Especialmente a partir do século XVIII, a universidade se coloca como um espaço e tempo para o fazer científico, com desdobramentos significativos para a formação. Certamente, um modelo que alcançou hegemonia e no contemporâneo, se vê em meio a uma crise de fundamentos sem precedentes.

[13] Em síntese, um movimento originado na Universidade de Córdoba (Córdoba, Argentina), no início do século passado, com o objetivo de combater o conservadorismo e o autoritarismo que reinava na universidade argentina. Para saber mais sobre o Movimento de Córdoba, sugiro consultar o livro de André Rubião (2013), mais especificamente o capítulo 4, “A universidade na América Latina”, bem como, fontes específicas, tais como: <http://manifiestodecordoba1918.blogspot.pt/>.